



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VIOLÊNCIA URBANA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1438/09	DATA: 09/09/2009
INÍCIO: 16h20min	TÉRMINO: 18h04min	DURAÇÃO: 1h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h43min	PÁGINAS: 44	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Srs. Deputados, na ausência do nosso Presidente e também sem a presença dos nossos vices, eu vou dar início a nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a violência urbana.

Tendo sido distribuída cópia da ata da terceira reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago da necessidade da leitura da mesma. *(Pausa.)*

Srs. Deputados, indago da necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Requeiro a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Dispensada a leitura.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira fazer uso da palavra; em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na sessão de hoje, Srs. Deputados, a ideia é votar requerimentos para que, a partir deles, nós possamos inclusive estruturar um cronograma, um roteiro dos depoimentos e das sessões que nós queremos marcar nesse próximo período. Então, a ideia para hoje é discutir e aprovar os requerimentos para poder fazer o planejamento a partir deles.

Em discussão o primeiro requerimento, da Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, que *“requer o envio de requerimento a esta CPI para que seja encaminhado ofício ao Governo do Estado do Amazonas, solicitando informações a respeito da situação da violência no Estado”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Segundo requerimento; do Deputado Paulo Pimenta, que *“requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Dr.*



Renato Sérgio de Lima, Secretário Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em data a ser determinada”.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Presidente, V.Exa. não pode presidir a votação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Então, peço a V.Exa. que assuma aqui.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Ou prossegue e, depois, no final, talvez nós retornemos a ele. Se quiser, eu posso assumir agora, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Então, deixemos os meus para depois e vamos adiante.

Requerimento de nº 5, do Deputado Luiz Alberto, que *“requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão, Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro”.*

Eu subscrevo, para poder estar em votação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está chegando agora o Deputado Raul Jungmann e também o Deputado Marcelo Itagiba e o Deputado Busato.

Presidente, por gentileza, V.Exa... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Dando sequência à votação, em discussão o segundo requerimento, que passo a ler.

Requerimento nº 4, de 2009, do Sr. Deputado Paulo Pimenta, Relator, que *“requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Dr. Renato Sérgio de Lima, Secretário Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no próximo dia 3 de outubro”.*

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em data a ser definida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Em data a ser definida.



Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o terceiro requerimento, igualmente do Sr. Deputado Paulo Pimenta, Relator, que requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o quarto requerimento, igualmente do Relator Paulo Pimenta, que “*requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Dr. Júlio Jacobo Waiselfisz, autor da publicação Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros*”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o quinto requerimento, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto, que requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão, Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o sexto requerimento, do Sr. Deputado Marcelo Itagiba, que “*requer, nos termos regimentais, seja convocada a Dra. Ana Paula Miranda, Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Justiça Criminal e Segurança Pública do*



ISP, no período de 2003/2004, e Diretora-Presidente do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2004/2008, dentre outras funções exercidas na área”.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o Requerimento nº 7, que passo a ler, dos Srs. Deputados Paulo Pimenta e Paulo Teixeira, que *“requerem seja promovida audiência pública para conhecer os resultados da pesquisa “Tráfico de Drogas e Constituição”.*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o oitavo requerimento, do ilustre Sr. Deputado Antonio Carlos Biscaia, que *“requer seja oficiado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para requisitar o envio de informações e documentos referentes às investigações sobre o envolvimento do Deputado Estadual Wallace Souza com o crime organizado no Estado”.*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir; em votação.

Pois não, Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Presidente, eu não localizei bem aqui, mas eu queria, se possível, que fosse repetida a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - É o oitavo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Aqui a numeração está...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É o 11.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Ah, é? Então, este requerimento... É o Requerimento 10, de 2009.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - A numeração do requerimento é uma, mas, na pauta, iniciou-se a votação no terceiro requerimento. Esse é o oitavo a ser votado, mas é o Requerimento nº 11/09 da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - É porque aqui está como número 8, Deputado Biscaia. Por isso é que está causando essa confusão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Nós havíamos discutido, e eu quero aqui pedir até a compreensão do autor do requerimento, que não entraríamos nessas questões individualizadas por enquanto. Pelo que vejo no requerimento aqui, trata de uma questão pontual, individualizada. Pergunto se não poderíamos, com a permissão do autor do requerimento, deixar esse para um momento posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Deputado Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Eu já tinha formulado o requerimento quando houve esse entendimento, mas eu aqui estou apenas solicitando informações. Qualquer providência posterior, seja depoimento, ficará para a segunda fase.

Eu acho que não há razão para que não se aprove essa solicitação de informações à Assembleia Legislativa, nos moldes de outros requerimentos já aprovados no mesmo sentido aqui, em que são solicitadas informações também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu não teria nenhuma dificuldade em aprovar, só vejo o seguinte: é uma exceção que abrimos e aí começam as questões individualizadas, pontuais virem a esta CPI, que tem um objetivo bem mais amplo, bem maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Se me permitem, o Deputado Francisco Tenório procedimentalmente está correto, mas eu apenas procuro aduzir ao ilustre Parlamentar que se trata de um pedido de informações e não da convocação de quem quer que seja. Talvez nós pudéssemos aquiescer porque isso não implica a presença nem a individualização, alguma coisa assim. Se o Deputado concorda, vamos adiante; se não, nós vamos ter de discutir.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu ainda pondero, Sr. Presidente, porque tem determinadas informações que, a partir do momento em que esta CPI, como CPI, as tenha, tem que proceder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Então, vamos votar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - ... sob pena de incorrer em prevaricação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Então, tudo bem. Vamos votar. Os que são...

Pois não, Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Sr. Presidente, para evitar a necessidade de se discutir e se votar, faço um apelo para que nós possamos fazer aquilo dentro do que foi combinado na última reunião. Não que nós não iremos aprovar ou verificar, mas no sentido de facilitar os trabalhos, que estão fluindo tão bem, todo o mundo de acordo com tudo. Faço um apelo no sentido de que se retire no momento e se apresente numa outra oportunidade. É só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Essa prerrogativa pertence ao Deputado Antonio Carlos Biscaia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA - Eu insisto que o requerimento seja votado. Se quiserem rejeitar, eu aceitarei, como minoria, mas eu insisto que haja votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Francisco Tenório.

Passamos ao requerimento seguinte, que é o de nº 12, do Sr. William Woo, que *“requer o convite a representantes do Núcleo de Estudos da Violência Urbana da Universidade de São Paulo, a representantes do Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo e ao jornalista Gilberto Dimenstein para prestar informações acerca da violência urbana e seus aspectos, bem como propostas para solucionar os problemas decorrentes deste tipo de violência”*.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.



Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento nº 13, do Deputado Antonio Carlos Biscaia, que *“requer, nos termos regimentais, seja convidada para proferir palestra perante esta Comissão a antropóloga e cientista política Jacqueline de Oliveira Muniz, Coordenadora do Grupo de Estudos em Justiça Criminal e Segurança Pública da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro”*.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Informa-me a Secretaria que pulamos um requerimento da Sra. Deputada Iriny Lopes, que *“solicita sejam convidados para depor nesta CPI a Sra. Vilma Reis, Coordenadora Executiva do CEAFFRO/Programa do CEAO — Centro de Estudos Afro-Orientais, da UFBA, e o Sr. Ignácio Cano, professor da UERJ e pesquisador de segurança pública”*.

Em discussão.

Tem a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu acho que é interessante aprovarmos todos os requerimentos. No entanto, acho que, na Bahia, no momento está ocorrendo um problema específico, que é semelhante ao acontecido em São Paulo: o ataque sistemático a postos da PM. Então, eu acho que devíamos ter um olho para essa situação agora, para tentarmos entendê-la enquanto está existindo. Seria o caso de ou mandarmos alguém à Bahia para examinar essa situação, ou pedir a um Deputado baiano da Comissão, talvez o Luiz Alberto, que nos fizesse um relato sobre o que se está passando lá. Porque a situação lá me parece bem séria e estamos indo para o lado racial. Esse requerimento nos leva mais a uma questão acadêmica, e eu acho que tínhamos de estar mais em cima dos fatos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Se o Deputado me permitir, eu gostaria até de fazer uma sugestão, e acho que ele viria aqui com muito prazer, é



um Deputado desta Câmara Federal que hoje se encontra no cargo de Secretário da Justiça da Bahia, que é convidar o nosso Deputado Pellegrino, com quem eu tive a honra de trabalhar na CPI. Talvez nós pudéssemos convidar o Deputado Pellegrino para vir aqui dar justamente as explicações que desejamos. Acho que talvez seria a pessoa até mais indicada para fazê-lo.

Então, deixo uma sugestão ao Deputado Gabeira nesse sentido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como Relator eu posso requerer extrapauta. Eu tenho 4 requerimentos extrapauta e incorporo o do Pellegrino.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Aí a gente aprova.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A idéia é exatamente essa que o Deputado Gabeira falou: aprovarmos todos e, depois, sentarmos para fazer o cronograma das oitivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Em discussão o requerimento da Deputada Iriny Lopes. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 14/09, do ilustre Deputado...

Sou eu. Agora, V.Exa. tem de assumir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Requerimento nº 14, que *“requer sejam convidados os Srs. Luís Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública; Rubens Cesar Fernandes, Diretor Executivo da ONG Viva Rio; Profa. Alba Zaluar, antropóloga da UERJ, e a Dra. Julita Lemgruber, Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, para debater, em audiência pública nesta Comissão, o tema da violência urbana”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Deputado Jungmann, o do Nelson Pellegrino ficou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Ele vai propor ao final.

Temos aqui 4 requerimentos extrapauta do Relator.

O primeiro deles *“requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Secretário-Executivo do PRONASCI, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento extrapauta nº 17/09, do ilustre Relator Paulo Pimenta, que *“requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, General-de-Divisão do Exército Brasileiro, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Requerimento extrapauta nº 18/09, do ilustre Relator Paulo Pimenta, que *“requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Prof. Cláudio Chaves Beato Filho, Coordenador Geral do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública — CRISP — da Universidade Federal de Minas Gerais”*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.



Requerimento nº 19/09, do ilustre Relator Paulo Pimenta, que *“requer, nos termos regimentais, seja convidado para proferir palestra perante este colegiado o Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Ricardo Brisolla Balestreri, acerca da situação da segurança no País”*.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu queria fazer só um comentário, já que foi aberto para discussão, se der tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Por favor.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Na verdade, eu já ouvi diversas palestras do doutor... Estou dando como exemplo o último palestrante que estamos convidando, o Sr. Balestreri. Na minha aula inaugural do curso de especialização em segurança pública na Paraíba, em 2005, em 2006 de novo, aqui na Conferência Nacional, já ouvi o Balestreri falando também. Aqui na Câmara já o ouvi uma, duas, três vezes fazendo palestra. Eu acredito que essas palestras são importantes, mas acho que a sociedade brasileira hoje está cobrando algo mais da Câmara Federal.

Quando o Deputado Fernando Gabeira apontou a situação da Bahia, é importante que possamos ir *in loco* lá para saber o que está acontecendo. Trazer um relato para cá é uma coisa; saber o que verdadeiramente está acontecendo... Ontem, no *Jornal Nacional* assistimos o Secretário dizer que está todo mundo preso, os chefes das quadrilhas estão todos presos. Então, precisamos saber o que está acontecendo, quem é que está comandando essas ações na Bahia, e só vamos saber ouvindo o povo. Se nós ficarmos aqui ouvindo novamente...

Comissão Parlamentar de Inquérito temos de ir para rua mesmo; temos de ir lá ouvir, descobrir o que está acontecendo, porque parece que não está acontecendo nada e o povo está clamando por segurança. Todas as enquetes no Brasil hoje mostram a cobrança por segurança pública. O povo quer mais segurança do que emprego. Nas enquetes, o povo coloca a segurança pública em primeiro lugar. Eu gosto muito de ouvir palestras de especialistas sobre segurança pública, mas precisamos visitar...



Coloco aqui esta questão, eu sei que é o Poder Executivo, mas é preciso visitar, saber da situação dos nossos agentes de segurança, como eles estão trabalhando, visitar as nossas fronteiras, visitar os nossos portos para sentirmos por que está entrando tanta droga e tanto armamento em nosso País. Porque chegamos aqui e escutamos o relatório do Superintendente da Polícia Rodoviária Federal. Aí ele traz aqui que foram apreendidos tantos quilos de cocaína, tantos quilos de maconha, tantas armas, mas descobrimos que só foi apreendido isso porque está faltando efetivo da Polícia Rodoviária Federal; estão dizendo que tem posto fechado da Polícia Rodoviária; estão dizendo que os contêineres nos portos não estão sendo fiscalizados — apenas 2% o são.

Então, precisamos sair daqui e ver o que está acontecendo nesses locais, porque trazer o pessoal para cá e ouvir, eu já ouvi não sei quantas palestras desse mesmo pessoal na Comissão de Segurança Pública mesmo. Então, é importante? É importante, mas que possamos sair daqui para trazermos os nossos próprios relatórios; para *in loco* observarmos e vermos o que está acontecendo.

O caso que aconteceu na Paraíba, os Deputados estiveram lá, é só um exemplo. Teve enchente na Paraíba, então se faz um alarde e, quando chegamos lá, descobrimos que não teve tanta coisa, não foi o que a imprensa passou. Agora mesmo a Presidenta que assumiu a Comissão de Segurança Pública falava do Comando Vermelho, crime organizado, que se mistifica muito, se coloca uma coisa e às vezes é outra; passa as imagens na televisão que o Comando Vermelho é organizado, que os bandidos estão mais organizados do que a polícia. Quando vemos as imagens na televisão, aparece um monte de cabra franzino, meninos de 14, 15 anos, com uma metralhadora que mata, uns meninos, uns coitados, mas passa que lá eles estão mais preparados do que a polícia.

Então, é importante irmos lá para sabermos o que está acontecendo realmente, porque às vezes é passado é uma coisa e é outra.

Fala-se muito na Polícia Militar do Rio de Janeiro, que existe a banda podre e a banda boa. Será que realmente é isso? Precisamos saber se realmente acontece isso no Rio de Janeiro ou é apenas uma mistificação do que está acontecendo lá.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Permita-me V.Exa. um aparte?

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Pois não.



O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Se formos seguir nessa linha, acho que há um fato bastante importante, emblemático, que esta Comissão precisa também cair de cabeça nesse fato: uma quadrilha de policiais no Rio de Janeiro integrada, coordenada por um membro do Ministério Público, do Estado do Rio de Janeiro, fato que se encontra sob investigação. Vejam até que ponto os meandros dessa criminalidade que nós precisamos investigar precisa abordar.

Então, também fica nesse sentido a sugestão de que aprovemos um requerimento no sentido de solicitar esses dados à MP do Rio de Janeiro e para que ouçamos essa investigada promotora pública do Rio de Janeiro que, segundo acusações, integraria uma quadrilha organizada no interior do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Deputados Major Fábio e Itagiba.

Quero apenas dizer ao Major Fábio o seguinte: nós vamos, sem a menor sombra de dúvida, satisfazer todas as demandas que V.Exa. aqui apresentou. O que nós acordamos é que, tendo a CPI um escopo extremamente amplo e abrangente, a violência urbana, teríamos uma dificuldade inicial de esclarecer o que estaria dentro e o que não estaria dentro, daí a busca do foco. Mas isso será satisfeito, Deputado, o mais rapidamente possível, e nós vamos atender a sua demanda, a demanda do Deputado Itagiba como também de todos os demais aqui presentes, tenha certeza disso.

Agora, se V.Exa. me permite, gostaria de colocar em votação essa questão para que nós pudéssemos prosseguir. Depois, inclusive, o próprio Relator já tem uma proposta de ordem prática, que vai, em boa medida, responder as suas questões, mas em seguida ouvirei V.Exa. Apenas pediria a conveniência de que nós pudéssemos exaurir só mais 2 ou 3 requerimentos e, em seguida, vamos efetivamente, com base inclusive na proposta que o Relator vai fazer, discutir isso. Poderíamos fazer assim?

Requerimento nº 19/09, só para lembrar, que propõe uma audiência pública com o Dr. Ricardo Brizola Balestreri.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero fazer oralmente, então, a solicitação: que possamos analisar o pedido de convocação, quer dizer, convite para o Deputado Nelson Pellegrino, atualmente como Secretário de Justiça da Bahia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Acho que nós podemos efetivamente, através de um acordo... Se estamos todos consoantes à proposta do Relator, que me parece procedente, e vamos ouvir o Deputado daqui a pouco, poderíamos, então, mediante acordo, aprovar essa proposta que foi feita pelo Deputado Itagiba e que teve a acolhida do Sr. Relator.

Ouçó o ilustre Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Deputado Raul Jungmann, Relator, Srs. Deputados, eu estava chegando aqui e recebi a informação do Deputado Gabeira de que estaríamos aqui na CPI propondo o convite ao Deputado Nelson Pellegrino, que atualmente é Secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, em função de alguns eventos que têm ocorrido nos últimos dias.

Acho que esse é um evento que deve ser, sim, discutido, é preocupação de todos nós, e esta Comissão, evidentemente tem como tarefa debater e apresentar propostas sobre violência urbana. Mas eu fico muito preocupado, Sr. Presidente e Sr. Relator, que todas as vezes que ocorrem fenômenos pontuais, uma violência bem específica em determinada situação, há uma tentação na Câmara de recorrer a agravamento de penas, fazer uma leitura de que a sociedade, quando clama por segurança pública, clama por ação exclusivamente de polícia.

Portanto, acho que essa questão de Salvador, e o Governador deu entrevista ontem e o Secretário de Segurança Pública informou que já havia uma informação do setor de inteligência da Segurança Pública de que pelo fato de o Governo da Bahia ter determinado a transferência de um líder do narcotráfico do presídio da Bahia para um presídio de segurança máxima em Mato Grosso do Sul haveria uma reação, como ocorreu em toda a cidade, na região metropolitana de Salvador. É evidente que setores de Oposição têm utilizado isso para repercutir como um



descontrole do Governo da Bahia em relação à política de segurança pública, e nós sabemos do que ocorreu.

Acho importante o convite ao Deputado Nelson Pellegrino, que está acompanhando essa questão como Secretário de Justiça e Cidadania; que ele possa dar as explicações das ações que o Governo do Estado da Bahia e as explicações do que está ocorrendo para que não haja, como já ocorreu nesta Casa, um uso de disputa política eleitoral de que é uma inação, inclusive uma conivência do Governador da Bahia, como está acontecendo — e seria um contrassenso o Governador ser conivente com uma situação que o desgastaria profundamente.

Portanto, também me associo à proposta do Deputado Itagiba para aprovar o requerimento de convite ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Deputado Fernando Gabeira, pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Presidente, realmente, nós estamos caminhando na mesma direção. Não há nenhuma intenção, pelo fato de o Governo baiano ter um Governador do PT, de enfatizar a questão lá.

Eu tenho adotado uma política, e é interessante observar, de defesa da inteligência. Evidentemente, a inteligência chegou ao ponto de supor que haveria uma série de reações caso se transferisse um líder do narcotráfico, mas ela não foi suficientemente capaz de detectar essas ações e neutralizá-las. Então, o nosso trabalho todo é no sentido de ampliar, porque o fato de existir o narcotráfico nós sabemos que existe; o fato de haver articulações entre a cadeia e os que trabalham fora também nós sabemos que existe, mas é necessário, apesar de ser não uma questão de Oposição, quanto mais inteligência houver melhor.

Se nós conseguimos saber que vai haver uma reação e conseguirmos neutralizar a reação, é melhor do que pura e simplesmente dizer: olha, eles vão quebrar o pau aí. E quando quebrarem o pau, dizer: lha, eu não falei? Ia quebrar o pau. Mas não é isso, temos que saber. Vão quebrar o pau? Nós vamos nos antecipar para evitar que eles façam isso.

Então, acho que esse avanço precisamos ter no Brasil inteiro, não é só na Bahia. No Rio de Janeiro temos um problema semelhante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Presidente, até fazendo uma correção, essa proposta não foi de Marcelo Itagiba, e sim do Gabeira, inicialmente.

Nós temos aí já aprovado acho que uns 15 requerimentos de convite de autoridades nessas áreas de estatística para proferir palestras. Quero aproveita este momento até para fazer o apelo de que não fiquemos fazendo requerimentos e mais requerimentos. Eu pelo menos não fiz nenhum. Não é que não tenha pessoas que eu queira ouvir, não, mas talvez as pessoas que eu queira ouvir não sejam também tão importantes para que todos os Deputados percam uma sessão para ouvi-las, para debatermos esses temas. Então, vi gente demais e agir de menos. Acho que o mais importante do que ouvir mais uma estatística de violência, é ver *in loco* o fato real que está acontecendo.

Esse fato da Bahia, como houve em São Paulo, e eu lembro... Independente de ser um Governador do PSDB e outro do PT, para mim isso não importa; o fato é o fato. Esse realmente é um fato típico de violência urbana, é um fato típico gerador de violência, que se foi motivado pela transferência de um chefe do crime organizado do tráfico de um presídio para outro, aí caracteriza, sim, a causa da violência urbana. É isso que nós temos que estudar, entender quais as causas da violência que hoje existe no Brasil — não é na Bahia, em São Paulo, no Rio ou em Alagoas.

Então, acho que nós devíamos nos aprofundar mais nessa questão específica da Bahia por ser um fato real e momentâneo, um fato deste momento, até para que a gente consiga entender realmente se houve isso ou se é falácia; se realmente a inteligência da polícia da Bahia detectou o que ia acontecer ou se, depois que o fato houve, dizendo que tinha detectado. Se tinha, por que não agiu preventivamente? Então, acho que deveríamos debater mais isso e até proponho que, em vez de convidar o nosso colega Nelson Pellegrino, aqui que a gente contate com ele para se fazer uma visita lá até para se ouvir algumas pessoas nesse sentido, envolvidas nesse processo, já que se noticia que as pessoas envolvidas nesse processo já estão presas. Então, vamos tentar ver o que motivou, por que foi, quais as causas.



Faço essa sugestão de, ao invés de convidar o nosso colega que eu muito admiro, gosto e sei de sua competência, mas que ele nos receba lá para que possamos, além de ouvi-lo, ouvir mais algumas pessoas envolvidas nesse episódio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dentro desse espírito, digamos assim, qual é a minha ideia? É exatamente a gente pegar esse conjunto de requerimentos que foi aprovado e propor um cronograma. Eu, por exemplo, já tinha decidido sugerir, e já conversei com alguns Parlamentares, por exemplo, como vários desses nomes que nós vamos ouvir são pessoas do Rio de Janeiro, que nós fizéssemos parte dessas oitivas lá no Rio de Janeiro. Aí tem uma série de nomes importantes. Então, conversei já com alguns Deputados. Nós aproveitaríamos essa ida ao Rio de Janeiro para ouvir essas pessoas e também poderíamos fazer um conjunto de diligências preliminares no Rio de Janeiro, algumas audiências, conhecer alguns programas e alguns projetos. Em 2 dias poderíamos fazer uma excelente agenda no Rio de Janeiro, não é?

Podemos também estudar, tendo o requerimento aprovado, a conveniência ou não, até porque as coisas são muito rápidas que elas acontecem, na possibilidade de fazer em outro Estado alguma outra dessas oitivas, de modo a proporcionar exatamente isso, reunir esse objetivo preliminar de criar esse retrato atualizado com a possibilidade de, *in loco*, já ir olhando alguns fatos como V.Exas. estão agora destacando essas questão da Bahia. A minha sugestão é exatamente esta: que, a partir de hoje, nós, digamos assim, vamos pegar esses requerimentos que foram aprovados hoje e vamos fazer um cronograma para esgotar em seminários e algumas oitivas. Eu vou encaminhar essa proposta para que façamos no Rio de Janeiro.

Os Deputados do Rio de Janeiro poderiam ajudar nesse planejamento, Deputado Gabeira. Nós temos aqui 4 ou 5 Deputados do Rio de Janeiro que acho poderiam nos ajudar. A Assembleia Legislativa já se colocou à disposição para oferecer espaço físico. Enfim, há todas as condições para a gente poder fazer essas audiências lá, e a partir de hoje, então, podemos iniciar, propriamente dito, o trabalho.

Deputado Fernando Gabeira.



O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Uma observação: pelo que estou sentindo, nós estamos iniciando a construção do itinerário do nosso esquema de trabalho. Acho que o esquema de trabalho, tal como foi apresentado aqui até agora, é um esquema de trabalho que está muito enfatizando o estudo das causas da violência e das suas diversas interpretações da violência. Mas existe já um sedimento no Brasil, uma coisa já consolidada e ainda não vitoriosa, de gente lutando contra a violência urbana.

Nós temos, no caso do Recife, um grupo que faz a contagem dos corpos, que está lá e faz um trabalho permanente. Nós temos, no Rio de Janeiro, o AfroReggae, que faz trabalho em áreas de violência. Seria interessante também a gente abrir, dentro do itinerário de trabalho, para as experiências de combate da violência urbana que podem nos complementar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Chamar as boas práticas, né?

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Exatamente, nos orientar, só para efeito de fortalecer o itinerário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem. Acredito que nós estamos convergindo. Agora, acho de todo importante que a gente encerre esta primeira etapa fazendo a escolha daqueles que devem apresentar, digamos assim, o estado da arte da questão.

Temos dois outros eixos: o eixo sugerido por Gabeira, que são as pessoas que estão na ponta, lidando com o problema da violência urbana e que, sem sombra de dúvida, devem também ser ouvidos e abordados, e a demanda tanto do Fábio como também do Chico Tenório, que é, de fato, mergulhar nos fatos propriamente ditos. Acredito que nenhum exclui o outro. Todos os 3 são possíveis. O que a gente tem que administrar exclusivamente é o tempo.

Como esta Comissão é feita de Parlamentares que já têm uma boa vivência e já trabalharam várias vezes juntos anteriormente, acredito que fora daqui, numa conversa, para a qual a gente vai convocar a todos, talvez até amanhã pela manhã, para discutir isso, a gente vai dar uma fechada. Mas queria pedir, *data venia*, que a gente votasse a proposta do Paulo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do Nelson Pellegrino.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - ... do Nelson Pellegrino. Se todos estão de acordo, então vamos ouvir o Nelson Pellegrino, está certo?

Tenho aqui também 2 outros requerimentos extrapauta que nós precisamos votar antes de circular a discussão um pouco mais.

O primeiro que precisamos votar o requerimento é do ilustre Deputado Fernando Gabeira, que requer a inclusão extrapauta de uma convocação para o Sr. José Maria Beltrame. Nós não estamos votando o requerimento; nós estamos votando a inclusão em pauta.

Com a palavra, para defender o requerimento, o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Não lembro desse requerimento não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Como é? Ah, mil perdões. Perdão, Gabeira, é que... Confesso que... Não, mas esse nome que está aqui é para incluir em pauta. Não, espera, aqui tem Fernando Gabeira. Aqui não tem Rogério... Tem que ser, correto? Eu não errei, eu não errei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - É que ele pediu para incluir em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Mas é que aí você assinou em cima e ficou você como autor. Tudo bem, sem problema. Por favor, a defesa da inclusão.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Eu acho importante justamente pelo que todo o mundo está levantando aqui. A gente é direto ouvir quem lida com o crime e não está academicamente estudando o crime. Eu acho que é importante essa inclusão e importante a aprovação.

Então, está aí. Essas são as justificativas que me parecem que são o anseio de todos aqui, pelo o que estou percebendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Não havendo mais quem queira se inscrever, em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Bom, agora vamos votar o requerimento. O requerimento do Sr. Rogério Lisboa, que foi incluído em pauta, requer seja convocada o Sr. José Mariano



Beltrame, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, para prestar esclarecimento nesta Comissão sobre Violência Urbana naquele Estado.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqui vale uma ressalva: já que nós vamos ao Rio de Janeiro, me parece, na proposta dele, eu acho que nós poderíamos fazer essa oitiva ou essa audiência do Secretário lá, pessoalmente, juntamente...

Olha, estamos exatamente juntando aqui, Chico, a sua preocupação com os fatos e a questão da reflexão.

O segundo requerimento é também do ilustre Deputado Rogerio Lisboa, que requer diligências à Delegacia de Repressão a Entorpecentes e outros fatos mais.

Em discussão o requerimento do pedido de inclusão.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Pois é, isso é também a mesma coisa: a gente ir ao local, enxergar o que está acontecendo com quem está lidando com o crime diretamente. Está incluído também uma ida à Assembleia Legislativa para a gente entender e conversar com o Relator e com o Presidente da CPI das Milícias, que foi concluída no Rio de Janeiro, e pegar documentos. Acho que é importante porque o crime... Hoje no Rio de Janeiro, quando se fala em milícia, eu acho que é o maior problema que se encontra hoje no Rio de Janeiro em termos de violência urbana.

Com relação— até o Gabeira estava aqui — na campanha nós ouvimos muito o Governador Cabral falar em inteligência, e aí eu me pego aqui muito preocupado com essa questão, porque polícia sem inteligência não é policia. Subir um morro com mil agentes da polícia para fazer uma caçada humana, como a gente viu no Rio de Janeiro, não é inteligência. Quando tem inteligência vão poucos, prende e acabou.

Então, na questão da milícia, olha que na segurança pessoal do Governador Sérgio Cabral, que presta segurança ao filho do Governador, foi preso em flagrante o sujeito acusado de chacina e de miliciano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Nós estamos votando só inclusão, depois você vai fazer a defesa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO LISBOA - Pois é, então, vocês desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Sem problema.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO LISBOA - Eu só estou aqui dizendo que é um absurdo por completo, tá? Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Não, imagina.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação a inclusão em pauta do requerimento do Deputado Rogerio Lisboa.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Pois não.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Para a inclusão, tem que ser nominal a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Tem que ser nominal, o senhor exige?

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Eu solicito porque, senão, o dia que só estiverem dois Parlamentares, botam extrapauta e, num voto qualquer, outro assunto. Eu solicito que seja nominal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raul Jungmann) - Presidente Alexandre Silveira, por favor, assumo o seu lugar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado William Woo, queria fazer um apelo a V.Exa.: que a gente combinasse que, a partir desta sessão, as votações extrapauta serão nominais, mas como já tem...

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Tem *quorum* aqui, é só para ninguém ser pego de surpresa, porque a pauta a gente recebe antes, então todo mundo sabe o que vai ser votado aqui no dia. Extrapauta é no momento, por isso o Regimento exige que seja nominal. Temos *quorum* aqui, eu vou votar favorável. É só para não abrir precedente. Temos *quorum* aqui: 3, 6, 9, 10, 11, 12 pessoas. Quanto é necessário para ter *quorum*?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Treze.



O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Mais o Jungmann, 13. O Jungmann já dá o voto "sim" e já vamos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Jungmann.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Se quiserem abrir a partir da próxima eu não vejo problema. Agora eu estou presente, mas se alguém que não esteja, com uma pessoa só eu posso por extrapauta, permaneçam como se acham e eu aprovo. Por isso que, para pôr na pauta, não para aprovar requerimento, é exigida a presença. Eu sou totalmente favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Mas o senhor dispensa hoje a leitura?

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Retiro hoje, retiro hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Para dar agilidade ao processo, porque muitos querem votar a PEC dos Vereadores, à qual eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Então passamos à votação do requerimento do Deputado Rogerio Lisboa, DEM-RJ, que requer diligências à Delegacia de Repressão a Entorpecentes da cidade do Rio de Janeiro e à área conhecida popularmente como "Cracolândia" na mesma cidade, à Assembléia Legislativa daquele estado, especificamente aos deputados Marcelo Freixo e Gilberto Palmares, presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito das milícias, bem como a cópia do Relatório Final da referida CPI.

Já votou a inclusão. V.Exa. abriu mão da votação nominal.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu não entendi bem aí, Presidente, a leitura. Requer diligência à delegacia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Ele colocou o termo "diligência" aqui. O termo mais adequado seria uma visita da CPI à delegacia.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Mas é só questão formal. O objetivo do Deputado Rogerio Lisboa, tenho certeza, é levantar elementos sobre a realidade já conhecida pela mídia nacional, mas é importante que nós,



Parlamentares de outros Estados, possamos ter essa experiência *in loco*, até mesmo para poder aquilatar a gravidade da questão da violência no Brasil, em especial mais noticiada no Estado do Rio de Janeiro.

Passamos então à votação.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, antes da votação, eu só queria dar uma informação aqui porque, em momento passado, foi encaminhado um requerimento, não sei se foi escrito ou verbal, de convite ao Deputado Nelson Pellegrino para relatar a situação da Bahia e alguns Deputados também propuseram uma visita à Bahia. Eu conversei agora com o Secretário Nelson Pellegrino e ele se dispôs imediatamente, se assim a CPI entender, a vir aqui na semana que vem, apresentar as informações necessárias e se essa informação não for suficiente para a CPI ter um quadro e fazer juízo do que ocorre lá, não haveria nenhum problema da visita, mas que se pudesse visitar imediatamente, ele virá aqui para contribuir com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Perfeitamente, Deputado.

Passamos então à votação do Requerimento nº 21/2009.

Aqueles Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Consulto o Plenário se há alguém que queira fazer uso da palavra.

Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, eu não sei como ficou aí a questão da Bahia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Foi o que ele falou agora.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sim, mas nós tínhamos duas proposições. Uma seria o convite ao Nelson, e eu sei que ele vem, não tenho dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Ele colocou claramente, exatamente, as duas possibilidades. Vai estar aqui na semana que vem e, caso a gente ache interessante, marcar imediatamente uma ida à Bahia.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Então fica definido que, antes, a gente vai conversar com ele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Caso se torne necessário, iremos à Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Caríssimo amigo, Deputado Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu acredito que a gente deveria aproveitar esse momento que a Bahia está vivendo, a mesma situação que São Paulo viveu. Então, eu acho que nós não deveríamos esperar outra ocasião para visitarmos a situação de um Estado brasileiro que poderá estar acontecendo nos outros Estados. Eu acredito que o foco da violência não é só o Rio de Janeiro, não. O Estado de Pernambuco está clamando por segurança; a Paraíba, que fica vizinha, não sei por que ainda está-se mantendo. O índices ainda estão crescendo. Então, eu acredito que nós deveríamos aproveitar esse momento e fazer a mesma coisa que vamos fazer no Rio de Janeiro: vamos ouvir — não foi decidido? — o Secretário no Rio de Janeiro; então, ouviríamos também o Secretário da Bahia, na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu acho que nós já passamos da fase dos requerimentos. Essa questão foi mais ou menos equacionada, mas eu acho que a discussão deixou uma tensão no ar — eu digo “tensão” no bom sentido, tensão criativa —, porque nós vamos ter que escolher nesta CPI se a gente vai fazer realmente uma CPI à altura do tema, que é um tema dos mais importantes do País hoje.

A minha proposta, na reunião que nós tivemos na biblioteca, é que nós levássemos esse tema para a campanha presidencial, para envolver os candidatos a Presidente da República.

Eu acho que, para fazer uma CPI de violência urbana, nós temos muito trabalho. Cada um tem uma atividade, mas é preciso dedicação, vontade e disposição, que a gente vai ter que definir. O caminho dos requerimentos foi o caminho que eu vi em todas, até na minha Comissão de Mudanças Climáticas, que



é o seguinte: vamos passar um ano tomando conhecimento da situação, chamando os principais especialistas. Para quê? Para a gente unificar o conhecimento do tema. Depois, então, nós começamos a trabalhar. Mas acontece o seguinte: tem gente na Comissão que já sabe de muita coisa, já sabe por onde ir.

Então, a Comissão vai ter que ter uma opção. A gente vai ter que fazer um debate calmo — não precisa ser hoje — sobre qual o caminho que a gente vai ter, se nós vamos andar a 120 quilômetros ou se nós vamos andar a 20 quilômetros. Ambos os caminhos são válidos e viáveis, mas eu acho que, do ponto de vista da população brasileira, ela sabe que para uma CPI da violência urbana ser eficaz, ela tem que ter uma desenvoltura, uma criatividade e uma audácia à altura do tema, senão a gente vai ser engolido por ele, como são engolidas todas as Polícias Estaduais, como são engolidos todos os que se dedicam a ele. Eu acho que essa é uma questão para a gente pensar no futuro, não precisa de uma solução hoje, mas o dilema nosso é esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Nós concordamos com as palavras de V.Exa., Deputado Gabeira, em número, gênero e grau. Eu acho que nós não temos a opção de ir a 20 ou a 120, não. Esse tema requer 120, para não ultrapassar o limite máximo; mas, se pudesse, seria mais. É um tema urgente.

E V.Exa. levantou, mais uma vez, algo que tem me preocupado muito, que é a questão de nós, fora até mesmo das reuniões aqui no Plenário, nós possamos ser criativos, estarmos unidos no sentido de dar um norte adequado à CPI, porque será de muita valia, eu tenho certeza, as visitas ou diligências.

Mas o fundamental é que nós todos sabemos — e isto ficou notório na primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito —, nós todos reconhecemos o problema da segurança, e ele tem maior premência, porque ele tem uma grande diferença para os grandes temas, para a discussão sobre saúde pública e mesmo meio ambiente. Saúde tem um modelo no País, falta financiamento; agora, segurança pública, não temos um modelo. Não há de se falar em se mobilizar para cobrar mais recursos, para cobrar mais investimento, sendo que se discute hoje o fim de uma disputa corporativista entre as Polícias dos Estados, de uma disputa de competência constitucional entre Ministério Público e Polícia Judiciária. Com isso, a sociedade vai sendo cada vez mais relegada.



O resultado efetivo e a missão constitucional do Estado, do Poder Público, é dar um resultado efetivo nessa questão da segurança. Quem é da área sabe, e acho que este é o primeiro passo para que possamos avançar: ter humildade em reconhecer que temos perdido, em muito, para o crime neste País. O Poder Público tem perdido de balaiada, exatamente por causa dessas questões e principalmente pela falta de um modelo nacional de segurança pública, de uma participação mais efetiva da União, de criatividade dos Estados, de investimento no ser humano, todas as questões que sabemos, mas que são fundamentais.

O senhor citou uma palavra que acho será a grande palavra desta CPI: criatividade. Criatividade e dedicação serão as duas coisas pelas quais vamos ter de primar.

Por isso, vou propor aos colegas uma outra reunião. E gostaria de pedir o máximo de presença possível. Peço aos colegas que amadureçam sugestões nesse sentido. Como V.Exa. disse, vários já carregam uma carga de experiência muito grande nessa área. Essa CPI foi muito disputada intrapartidariamente para as suas indicações, exatamente porque aqueles que reconhecem essas fragilidades querem dar a sua parcela de contribuição. Por isso, vamos fazer fora deste plenário uma outra reunião, para que possamos não perder o norte e chegarmos ao final com uma proposta para aqueles que vão colocar o nome à disposição do País nos próximos quatro anos.

Com a palavra novamente o Deputado Major Fábio.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Só quero, Presidente, ratificar o tamanho e a grandeza daquilo que queremos construir com esta CPI, conforme a preocupação do Deputado Fernando Gabeira, de não fazermos um trabalho que não chegue a lugar algum. E hoje a sociedade brasileira está esperando. A partir do momento em que a mídia divulgar — não chegou ainda aos ouvidos da população, da sociedade brasileira que existe uma CPI da Violência Urbana, mas está chegando —, no momento em que divulgar, eles vão aguardar mais uma vez que esta Casa, que não tem um conceito muito bom perante a opinião pública, todos sabem disso. Eles estão nos aguardando, porque o nosso País infelizmente não está de acordo com o que está escrito no nosso pavilhão nacional; não estou aqui com romantismo, mas está lá: *“Ordem e Progresso”*.



Temos visto que a violência tem tomado conta, que a droga nos últimos anos tem detonado a nossa juventude. Isso não é só no Rio de Janeiro mas também nas cidades do interior da Paraíba. O *crack* tem invadido as cidades do interior da Paraíba, todo o interior de todos os Estados do Brasil. Precisamos dar uma resposta, já que foi criada esta CPI, e temos essa oportunidade. Estamos tendo a oportunidade de dar uma resposta ao povo brasileiro.

Agora, precisamos também de recursos. Precisamos, como dizia o Relator, que passou por mim e conversou, de estrutura desta Casa, porque esse assunto é sério e deve ser tratado com a maior seriedade que possamos colocar, porque na verdade hoje a sociedade clama por segurança pública. Então, a gente não pode ficar aqui sentado.

Eu acredito que o Presidente vai levar a sério, e tem se mostrado, está empolgado com a CPI. Todos nós estamos nos empolgando, estamos nos envolvendo, mas precisamos dar uma resposta à sociedade, que clama por segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Tem a palavra o Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Exmo. Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, penso que esta CPI tenha um foco por demais alargado, mas isso não quer dizer, em absoluto, que não podemos trabalhar nela exatamente para afunilar esse foco e chegar a conclusões importantes para a sociedade brasileira. Uma coisa, no entanto, me preocupa com relação aos trabalhos dentro desta Casa. Meus amigos, se olharem a pauta de reuniões de Comissões, vão verificar que todas elas, senão... Todas elas não, quase todas elas são marcadas para quarta-feira, às 14 horas. É humanamente impossível conciliar todas essas atividades com a dedicação exigida pelo cumprimento do dever na participação dos Parlamentares nessas atividades.

Eu sugeriria, se for necessário realizar as reuniões da Comissão na Câmara às quartas-feiras, que pelo menos houvesse a opção pelo horário matinal, porque nós poderíamos, assim, fazer o máximo aproveitamento possível, no melhor do nosso potencial, sem competir com a sessão deliberativa no plenário e sem acabar permitindo que uma Comissão prejudique o trabalho da outra. Para reflexão.



Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Paes de Lira, nós, na verdade, vamos ter reuniões, até por uma questão de conciliação com a exigência das Comissões Permanentes nos plenários desta Casa, às terças, à tarde. De manhã, quarta-feira, é humanamente impossível conseguir plenários vazios aqui. Hoje, por exemplo, nós conseguimos este plenário, mas em detrimento da Comissão de Segurança Pública, tanto que fizemos uma conciliação: a Comissão rapidamente usar e fazer a eleição do novo Presidente, que foi a Deputada Marina Maggessi.

Mas nós vamos nos reunir. Eu proponho até, e isto nós podemos fazer em uma reunião também administrativa, que sejam às terças-feiras as reuniões em plenário e que, normalmente, nas quartas ou nas quintas, façamos as reuniões externas, que vão ser muitas na CPI, como vários requerimentos já aprovados aqui hoje. Então, vai-se dar muito nesse sentido. E aqueles Parlamentares que estiverem mais envolvidos na CPI vão acabar participando mais efetivamente disso.

Mais algum Deputado deseja usar a palavra? (*Pausa.*)

Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Presidente, só uma sugestão para o nosso Relator, que vai fazer o cronograma de visitas: é que, levando em consideração a necessidade da permanência nossa na quarta-feira nesta Casa para outras atividades, que a gente utilizasse segunda e terça ou quinta e sexta, para que a gente pudesse metade da semana estar aqui nesta Casa nos trabalhos do dia a dia.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Pela ordem. Quero só fazer três sugestões. Essas CPIs sobre violência carcerária têm sido recorrentes aqui na Casa. Então, a gente poderia solicitar à Assessoria da Casa, que tem *expertise*, que pudesse levantar estudos de universidades, outras CPIs, outros documentos, que pudessem municiar imediatamente o Relator, a Presidência e todos nós, no sentido, então, de a gente ter esse conhecimento. Também há jornais que têm publicado pesquisas ou amplas reportagens. Isso nos dá um norte. E levantaria também a possibilidade de que a gente pudesse... Também algumas Assembléias Legislativas no Brasil levantaram muitos estudos. Toda hora há CPIs regionais. A gente poderia tê-las para ajudar a formar um corpo de informações científicas que possibilitasse,



depois, a gente a caminhar no rumo de alternativas, porque eu vejo que o ânimo de todo o mundo não é só ver a violência, mas buscar uma resposta a essa violência; porque ver, a gente está vendo toda hora. Então, eu faria essa sugestão no sentido de que a Assessoria da Casa, da Comissão, pudesse levantar esses dados de CPI, CPI do Senado. Uma das tragédias nossas aqui é que muitas vezes o Senado faz uma coisa para um lado, e a gente faz outra para outro. E a gente às vezes gasta tempo e também confiabilidade. Todo o tempo em que eu estive aqui como Deputado, sempre tivemos uma CPI do sistema carcerário. Mas e daí?

E que a gente possa também subsidiar a própria Comissão de Segurança, que V.Exa. presidia, que tem um poder hoje reconhecido na Casa de encaminhar medidas concretas.

Eu pediria que pudéssemos ter acesso ao resultado da Conferência Nacional de Segurança Pública e Cidadania, que terminou duas semanas atrás. Percebo que, além de querermos ver o que está acontecendo em Goiânia, em Brasília — agora mesmo vamos ter uma audiência sobre o Entorno em Brasília, dia 16, a questão da violência contra a juventude —, faria essa sugestão para nos ajudar. Que alguém pudesse nos municiar, para buscarmos um método mais efetivo do que ficar o tempo todo viajando pelo Brasil e não tendo ao final uma... Acho que temos que ter no final uma proposta metodológica, pedagógica, legal, se houver nova lei, e de instrumento, possibilitando aos entes federativos — Município, Estado e União — as responsabilidades devidas.

Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Concordamos com as sugestões de V.Exa., Deputado Pedro Wilson, que são muito bem-vindas e serão acatadas por esta direção. A nossa expectativa é exatamente essa. Tenho defendido isso junto ao Relator e aos demais membros da CPI. Acho fundamental que cuidemos também, durante a CPI, de questões específicas e fatos relevantes que possam ser importantes para o acompanhamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi com este intuito que a propusemos: com o intuito de realmente discutirmos, exaustivamente, um modelo para a segurança pública neste País. Porque — quem é da área sabe — o modelo que está aí está falido, não tem resultado efetivo. Nem na persecução criminal temos resultados à altura do que o



País precisa, nem na questão ostensiva de impedir que o crime aconteça, muito menos para impedir que a impunidade prevaleça, que é o caso da questão judiciária; e muito menos ainda no resultado rápido e efetivo na questão processual, para não falar que, depois que conseguimos o resultado processual, vem a pior etapa, que é o Estado não cumprir a sua missão de ressocializar. Temos um sistema, desde a prevenção até a ressocialização, todo ele completamente falido, na minha modesta opinião.

E o que é pior — e o Brasil tem que ficar atento a isto e a sociedade civil tem que se organizar, e nós como representantes temos que atuar efetivamente nisto — é a questão de que esse crime não está solto lá fora. À medida que ele avança, ele se organiza. Essa é a maior e mais fundamental preocupação, porque, se fosse um crime isolado... Mas nós, que somos da área, sabemos que não é. O crime, à medida que avança e que interpreta as fragilidades do Estado a favor da criminalidade, se organiza. E isso vai ficar muito mais difícil de ser combatido no futuro. A hora é agora!

Esta é a expectativa nossa nesta Comissão Parlamentar de Inquérito: que no final possamos manter, pelo durante a vigência desta CPI, esse tema sendo debatido exaustivamente, já que esta CPI vai desembocar num ano eleitoral em todos os níveis, estadual e federal, numa ampla discussão da campanha de Presidente da República. Eu, particularmente, entendo que, apesar da heterogeneidade dos Estados, não temos fronteiras aqui. Precisamos de uma política nacional, precisamos de uma participação efetiva da União. A União tem que ditar.

Agora, se temos problema que precisamos corrigir na Constituição, se a Constituição deu essa atribuição da segurança interna aos Estados, na questão da violência, a pena para os Estados, e se esse modelo não está adequado, esta CPI pode até mesmo propor, se for consenso no final, que nós possamos mudar a Constituição nesse sentido de ter uma participação mais efetiva do ente federado, da União, que é hoje — nós sabemos — que fica com grande quinhão do Produto Interno Bruto.

Essa é a nossa expectativa, e é nessa linha que nós estamos conclamando os colegas a nos ajudarem a conduzir. Vai ser fácil? Não. Há as questões pontuais,



que precisamos acompanhar? Sim, mas vamos tentar o tempo todo nortear a CPI, a Comissão, para que possamos apresentar um relatório a ser debatido na campanha presidencial.

Com a palavra o Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, eu quero apenas colocar uma palavra de prudência neste momento, em razão do discurso de V.Exa. Todo o sistema de persecução penal, começando pelo espectro preventivo, atua nos efeitos, não nas causas. Nós temos de perquirir, no trabalho desta Comissão, as causas. Tenho certeza absoluta de que se houvesse hoje, neste momento, agora, instantaneamente, uma reforma completa do modelo policial do País, isso não alteraria um milímetro a situação criminal. Sob o ponto de vista da questão policial, há, sim, uma parcela do problema que atua também nas causas, que nós podemos definir como o problema da corrupção policial — e esse, evidentemente, tem que ser investigado também —, mas eu me preocupo em que nós queiramos nos concentrar nos efeitos e não nas causas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Paes de Lira, este é um debate extremamente interessante, que foi levantado aqui agora e que tem que ser aprofundado nesta CPI. Eu concordo com V.Exa., em número, gênero e grau, quando V.Exa. fala que não vai resolver o problema definitivamente se nós combatermos depois que o crime aconteceu em diante, ou mesmo até as nossas deficiências no policiamento ostensivo para evitar que o crime aconteça. Agora, eu separo essa questão da violência de duas formas, sempre o fiz assim. A questão da resposta mediata e da resposta imediata que o Estado pode dar.

De forma mediata, nós todos sabemos que nós temos um anacronismo da questão social neste País, que é um país em desenvolvimento. Então, discutir e investir nas causas da violência todos nós sabemos que é necessário. Todos nós sabemos que nós precisamos de políticas sociais adequadas, cada vez mais investimentos nessa área, precisamos da questão macroeconômica cada vez mais acelerada. Mas são fatores que muitas vezes fogem à nossa alçada. Então esta CPI, eu entendo que ela vai ter uma abrangência na questão da resposta imediata do Poder Público. As questões imediatas nós vamos poder influenciar? Vamos, sim,



aqui na Comissão de Integração, ajudando lá o Ministro Patrus na questão do desenvolvimento social. E vamos trabalhar isso. Mas a questão da resposta do Estado, eu acho que esse é o grande foco da CPI, porque, se nós não tivermos a humildade de reconhecer as nossas deficiências, nós não vamos conseguir avançar.

Eu vi isso muito de perto na CPI do Sistema Carcerário, rodando o Brasil. Nós tínhamos deficiências, mas nós fomos recebidos pelo Governador, fomos recebidos pelo Secretário de Segurança, pelo Subsecretário de Assuntos Penitenciários, e eles tiveram a humildade de reconhecer: *“Aqui está igual a todo lugar, está muito ruim, mas nós estamos tentando isso, aquilo e tal. Queremos avançar. Vocês podem até nos ajudar nisso.”* Ali você sentiu receptividade e responsabilidade. Outros só queriam mostrar o que fizeram, só queriam mostrar o que estava melhorando, inclusive escondendo o caos.

Eu acho que esse tema foge à alçada política. Esse tema hoje se tornou uma questão de responsabilidade técnica. Eu tenho particularmente esse... pode até ser uma utopia, mas eu vou tentar acreditar nela, porque elementos que nós temos, elementos que a gente tem buscado inclusive na Polícia Federal, nas Polícias dos Estados, nos levam a ficar extremamente preocupados, para não dizer atemorizados, atemorizados e extremamente preocupados com essa questão da deficiência do Poder Público em dar uma resposta imediata, que é responsabilidade constitucional do Poder Público! Eu acho que investimento em infraestrutura — eu vim da área também, dirigi o DNIT durante três anos — é extremamente necessário. Nós só vamos combater e fazer a verdadeira justiça social neste País com geração de emprego e renda. Agora, do ponto de vista da resposta do Estado no policiamento ostensivo; no policiamento preventivo; na questão da Polícia Judiciária, para poder dar a resposta e não deixar que o sentimento de impunidade prevaleça; na estrutura do Ministério Público, dentro dos limites constitucionais que lhe foram dados, para poder ser o patrono da ação criminal; do Judiciário, para dar resposta; e principalmente da compreensão da sociedade de que aqueles que são segregados vão voltar para o seio da sociedade — e hoje voltam, conforme dados, 92% de reincidência, voltam aperfeiçoados para o crime —, esse é o grande debate: qual é a responsabilidade do Estado?



Eu até vou mais longe, Deputado Paes de Lira. Ano passado — eu vou citar isto aqui, porque eu estou vendo que os Parlamentares estão extremamente envolvidos —, eu fiquei extremamente preocupado com algumas coisas a que eu assisti na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. É inadmissível que no País, neste momento que nós estamos vivendo com relação à segurança pública, nós tenhamos, como tivemos no ano passado, divididos dentro do plenário — e muitas vezes são até legítimos os enfrentamentos corporativistas, mas V.Exa. é da Comissão de Segurança e sabe como eu conduzi até agora a Comissão: eu vi coronéis da Polícia Militar de um lado, delegados de polícia do outro, e Ministério Público do outro, travando verdadeiros enfrentamentos que, na minha opinião, são em detrimento da sociedade, porque não estavam discutindo modelo, estavam discutindo manutenção ou ampliação do seu poder, do poder da sua instituição.

Eu acho que esta CPI tem que juntar esses cacos. Se o modelo não está adequado, se a Polícia Judiciária precisa — nós temos diversos modelos que foram discutidos na Conferência Nacional —, se precisamos da unificação ou da integração, vamos caminhar para isso. Se é preciso que a Polícia Judiciária trabalhe com o Ministério Público, vamos trabalhar para isso, um modelo que discuta o resultado, e não o interesse corporativista de quem quer que seja.

Eu sou da Polícia Judiciária, mas não estou aqui para defendê-la. Estou aqui para defender a sociedade brasileira. É a minha visão. E deixo isso claro para aqueles colegas da minha instituição que muitas vezes me procuram, legitimamente, porque a minha instituição vai crescer quando ela efetivamente for reconhecida pelo seu resultado. Essa é a minha visão. É isso que nós precisamos quebrar.

Só para poder terminar, cito outro fato altamente deprimente: a questão da PEC nº 549, que era a PEC que alavancou uma verdadeira luta corporativista aqui dentro. Quer dizer, era uma PEC que discutia Polícia Judiciária com Ministério Público. Aí a Polícia Militar se mobilizou, veio para a discussão, e virou um negócio, assim, corporativista!

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - À vontade, Deputado.



O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - A PEC nº 549 trata da questão da equiparação salarial dos delegados com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Com o Ministério Público.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - ... o Ministério Público. E, na verdade, houve a luta e o embate porque os delegados eles iam passar a ganhar, merecidamente, os salários iguais aos dos promotores, e os soldados de polícia iam continuar ganhando, como ganham hoje no Rio de Janeiro, novecentos reais. Então, fica muito difícil cobrar desses agentes da segurança pública... Às vezes a gente fala da corrupção no Rio de Janeiro, a gente fala da corrupção dos policiais. Isso não se justifica, porque eu sempre fui policial, 21 anos como policial militar, ganhei muito pouco na minha Polícia, mas, graças a Deus, nunca me corrompi. Mas discutirmos segurança pública... Eu acredito que deve ser tema desta CPI também a situação do soldado brasileiro. O soldado tem o dever constitucional de defender a sociedade, dar segurança à sociedade, mas ele mesmo não tem segurança. Então, isso foi colocado naquela época, porque o soldado da Polícia Militar, no Brasil, ele passa fome. Subir o morro do Rio de Janeiro, correr risco de morte todos os dias e ganhar novecentos reais? Isso é inadmissível! A gente não pode passar por cima. Se o modelo hoje está falido é porque, na verdade, os agentes que compõem esse modelo, o material humano que compõe esse modelo já está falido há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Major, eu fiz questão de não adentrar o mérito da PEC nº 549 exatamente porque não foi a discussão. Não chamei atenção para o mérito. Concordo em número, gênero e grau com V.Exa. Quando o senhor fala "o soldado", se fosse para poder dizer o soldado, eu já diria o soldado, o agente de polícia que ganha a mesma coisa que o soldado, o carcereiro, o agente penitenciário. Então, essa discussão é uma discussão... É exatamente esse ponto que o senhor tocou que eu acho que nós vamos ter que evitar. Não é uma discussão corporativista, é uma discussão sobre um modelo de segurança pública para o País. Se aqui nós formos usar uma CPI para poder defender o interesse de A, B ou C, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

E eu disse para V.Exa. lá na CONSEG: eu entendo que não é uma PEC que vai resolver problema salarial de polícia. Essa é a minha compreensão, porque há o



interesse dos Governadores, há um impacto financeiro. O que vai resolver é nós discutirmos um modelo de segurança pública para este País. Aí, sim, os soldados vão ser reconhecidos; os agentes de polícia, na sua competência; o delegado de polícia; o oficial da Polícia Militar. Se nós não partirmos de um modelo, nós não vamos poder ter resultados efetivos, nós que somos da carreira.

Deputado Pedro Wilson.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Sr. Presidente, desculpe-me. Nós estamos adentrando, mas eu gostaria de fazer só outra sugestão. Eu acho que um dos pontos graves é a área do processo, que muitas vezes procrastina e traz a impunidade. Então, nós já tivemos essas medidas como a teleconferência e outras, mas eu acho que a gente poderia ter um grupo ou alguém, para a gente verificar quais são as reclamações dos delegados, dos promotores, da Polícia Militar. O que eles reclamam?

Alguns procedimentos, em vez de ajudar — e às vezes crimes já reconhecidos, não é nem aqueles da investigação duvidosa, mas aqueles que já têm tudo nos autos —, e a ação procrastinatória, por vários fatores, levam-nos a perder a fé na justiça, estabelecendo-se a impunidade. Então, eu acho que esse procedimento de ver como as leis nossas de investigação, as leis nossas de processo penal, de processos de atribuições... Como podemos atuar? Porque, às vezes, a agente fica com aquela ideia: *“Há um crime terrível. Põe em crime hediondo!”* Mas muitas vezes o processo fica tão ruim, que cai no tribunal e se estabelece um outro procedimento. Acho que a gente tem que fazer uma coisa com todos, a distinção de crimes e até a distinção do cumprimento da pena, que infelizmente no Brasil hoje não há, a não ser na questão da criança e do adolescente. Mas, normalmente, na base, são todas iguais. Então, muitas vezes a gente coloca numa penitenciária uma pessoa que cometeu um crime que poderia ser totalmente diferente, e ele acaba engajando na área.

Desculpe-me por estar tomando o tempo de V.Exa. Meus parabéns pela atitude de V.Exa., como Presidente, de buscar uma solução de modelo de Estado, de uma política pública, que tem os fatores regionais e locais. Nós temos isso aqui em Goiás e Brasília. A União sustenta a Polícia de Brasília, mas às vezes esta Polícia atua junto com a Polícia de Goiás, no Entorno. No entanto, são



diferentemente remuneradas e são diferentes em termos de equipamento, o que acaba trazendo desunião na própria organização policial, militar ou civil.

Mas eu agradeço a V.Exa. e parabeno V.Exa. por já estar com esse norte de nós buscarmos isso. É hora de nós buscarmos um norte, um modelo, às vezes simples, mas que vai do começo ao fim, para estabelecermos um processo novo no Brasil. Como já tivemos outros no passado que já foram superados, eu acho que nós temos que superar esse. Muito obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - V.Exa. levanta, Deputado Pedro Wilson, um outro tema de fundamental importância. Na última reunião até coloquei para o Relator e para a Assessoria da CPI: é necessário que a gente tenha a contribuição de um grande processualista nesta CPI. Com as minhas limitações, entendo que o nosso Código de Processo Penal dá extrema abertura para esse sentimento tão danoso que é o sentimento de impunidade.

Quando vejo esta Casa discutir ampliação de pena, fico pensando o quanto isso está na contramão. Porque, se aquele elemento que começa a delinquir tivesse a convicção, a possibilidade real da punição, com certeza os nossos índices de criminalidade seriam outros no Brasil.

O problema é que hoje o sentimento reinante é outro. Hoje — vamos falar aqui numa linguagem mais aberta, mais popular —, hoje, aquele que opta, por qualquer motivo ou circunstância, por trilhar o caminho da criminalidade tem quase que certeza da impunidade — quase que certeza da impunidade. Infelizmente, se nós formos olhar a estatística, basta dizer — para falar isso, para não parecer exagero, vamos trabalhar com dados —, basta dizer que, se nós cumprirmos os mandatos de prisão que estão nas Polícias Estaduais sem serem cumpridos por falta de vagas, quantas vezes mais nós precisamos do sistema penitenciário que nós temos hoje? Só os mandatos de prisão que tem sem serem cumpridos, fora o que nós precisamos — precisamos, do ponto de vista imediato, fazer com que chegue ao Poder Judiciário e que o Poder Judiciário, dentro de um tempo mais adequado, dê essa resposta.

Então, é realmente um problema sistêmico. Só vai se combater isso com modelo. Depois de ter um modelo, aí sim, vamos discutir recursos vinculados. Como é que se fala hoje, como é que nós podemos nos mobilizar e cobrar, nas possíveis



candidaturas a Presidente da República, um fundo vinculado para investimento em segurança?

Eu, particularmente, tenho poucos argumentos para isso; o único argumento seriam os índices de criminalidade avassaladores neste País. Agora, se o candidato a Presidente me perguntar qual é a forma adequada para se gastar, eu não sei responder. Sei responder a questões pontuais: investimento no homem, que é a questão salarial... Mas não é questão pontual; nós precisamos apresentar muito mais do que isso.

Aí vem a palavra do nosso colega Deputado Fernando Gabeira: criatividade, aprofundamento, renúncia das nossas defesas pontuais, para alcançarmos um modelo que seja o mais simples possível, que o Presidente da República, numa canetada, possa falar que vai vincular tantos bilhões à questão da segurança, e esse dinheiro vai chegar lá à ponta, efetivamente, trazendo resultados à sociedade brasileira. Essa é a preocupação.

Eu tenho citado muito a saúde. Nós temos o Sistema Único de Saúde, que funciona. Nosso problema é financiamento. É preciso alguns retoques, alguma criatividade? É preciso. Agora, nós não temos um sistema único de segurança pública. Pelo contrário, nós temos uma verdadeira colcha de retalhos. É apagando incêndio que os Estados trabalham. A União agora tem feito um pouco mais também, aplicando vinculadamente algumas coisas dos Estados, mas muito aquém do necessário. Aí fica: "*Vou resolver o meu problema!*", o delegado de polícia; "*Vou resolver o meu problema!*", o soldado. E não resolvem, porque não vai haver reconhecimento dos governantes enquanto a gente não conseguir um modelo para dar resposta à sociedade brasileira.

Deputado Rogerio Lisboa.

O SR. DEPUTADO PEDRO WILSON - Sr. Presidente, peço desculpas, que estou saindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Santos) - Perfeito, Deputado. Agradecemos a participação a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Eu, na verdade, Presidente, quero ser muito breve, porque essa questão da questão imediata é o que, na verdade, eu



acho que a população está esperando desta Comissão, quando esta Comissão aparecer para a sociedade.

Não é possível, por exemplo — e eu vou bater neste tema o tempo todo, porque... Olhem como fica a população! Imaginem que a polícia, não a instituição mas o policial, que é para cuidar da segurança daquela determinada comunidade, é o mesmo policial que mata por controle de *van*, vende serviço de NET, o que se chama “gatonet”, no Rio de Janeiro; é o mesmo policial que quer fazer da distribuição de gás um monopólio e que é o dono das máquinas de caça níquel. Isso é milícia. Como essa população, que identifica nesse policial atuação marginal, quando ela precisar da Polícia, vai recorrer? Não vai nunca! Não vai nunca!

Então, eu não tenho dúvida: se a gente não sair daqui com uma proposta de financiamento para a segurança pública, principalmente na ponta — sim, essa é a principal defesa —, para quem está combatendo, para o soldado, para o agente, para o delegado, com salário digno; e, além do salário, a gente fiscalizar, ter controle na Polícia, não dá, porque a população não se sente segura.

E mais, no Rio de Janeiro — para eu dar um exemplo final aqui, para eu terminar —, foi presa uma quadrilha que praticava vários crimes. A gente espera que sejam bandidos, enfim, que estejam em algum lugar em comunidade. Não, era a cúpula da Polícia Civil, os “inhos” e o seu chefe de polícia. Acabou.

Se a gente não for para lá ver isso, gente, a população não vai acreditar na gente aqui, não. Se a gente não botar o dedo nessas feridas, não vai dar certo. Só ficar na teoria não vai dar.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sr. Presidente, eu estou muito preocupado em verificar que existe um diagnóstico *a priori* aqui, muito preocupado. E esse modelo de policial não se encaixa no meu modelo, não se encaixa no modelo de São Paulo, não se encaixa no modelo daqueles bravos que, com grave risco de vida, nos defendem em todos os cantos do País, 24 horas por dia, por um salário de fome, não se enquadra!

Miliciano, nesse modelo do Rio de Janeiro, é bandido, bandido! E deve ser combatido como bandido! A corrupção policial precisa ser seriamente combatida com todo o peso da sociedade. E quando falo da corrupção policial, eu me refiro



também à corrupção de todo o sistema de persecução criminal, porque não é só na Polícia que existe corrupção.

Preocupo-me com esse diagnóstico *a priori*. Esse modelo de policial não deve ser esgrimido aqui como o modelo do policial brasileiro. Não é! O modelo do policial brasileiro é o modelo do cidadão humilde, cumpridor do dever, que tem disposição de ir para uma profissão em armas, para pôr em risco a sua própria vida, na defesa da sociedade.

E eu gostaria de...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Sr. Presidente, eu fui mal compreendido. Logicamente, eu não estou colocando aqui que esse é o modelo e essa é a Polícia que está retratada, de jeito nenhum, até porque esse é o mau policial, que, na verdade, acaba causando esse constrangimento à sociedade.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - E eu quero dizer a vocês que eu sou filho de delegado de polícia. Então, eu não estou aqui criticando a Polícia...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu estive no...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Desculpem-me, eu fui mal entendido.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Deputado, eu estive no Rio de Janeiro. Fizemos uma caminhada na Praia do Leblon, em Ipanema, e lá estavam vários policiais militares lutando por salários dignos. Esses que estavam lutando, porque estão vivendo dos novecentos reais, estão passando fome. Então, é exatamente por esses policiais... Eu estou entendendo, Deputado. Deputado, nós estamos entendendo o senhor. Estamos entendendo.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Vou te dar um... Eu quero aqui...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Quando eu vim para o Parlamento, a minha mãe não me disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Mas ela disse assim: *"Meu filho, você está indo para uma Casa que só tem corruptos"*. Em outras palavras, ela quis me



dizer que só existiam pessoas desonestas na Câmara Federal. E aqui eu encontrei homens de bem. A maioria dos Deputados Federais são homens de bem. A maioria da minha Polícia...

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Senão isso aqui estava na (*ininteligível*), lógico.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Não é verdade? A maioria da minha Polícia são homens de bem. A maioria da Polícia de lá de São Paulo são homens de bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Major Fábio!

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Eu só quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que nós precisamos tirar essa marca que tem a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Sim, mas não podemos tapar o sol com a peneira.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Sim... Não, mas nós precisamos tirar. Porque se a Polícia Militar do Rio de Janeiro tiver mais de 50% de bandido...

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Mas é lógico que não tem.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Se tiver mais que 50%... Então, é disso que a gente precisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Major, Deputado Major...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Nós precisamos...

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Presidente, deixe só eu dar um... Só, só, rapidinho aqui, uma coisa importante.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Não é uma banda podre e uma banda boa, não.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Hein, Deputado, deixa eu só dar uma...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Existe uma bandazinha podre...

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Tá. Deixa eu só te dar uma informação aqui. Você sabe que o boletim informativo da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o boletim, enfim, que informa o que acontece na Polícia Militar foi, na



verdade, retirado da publicidade. Aí tem uma coisa pior. Você sabe que lá foram impostas algumas regras, que o policial que mentir, que por acaso fraudar um relatório na hora de fazer uma ocorrência, esse pega uma pena branda. Mas o que for para a rua fazer manifestação por salário pode ser expulso. Você acredita nisso? Eu tenho lá escrito isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Rogerio...

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Então, quer dizer...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Mas isso aí já é antigo.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - É... Não... Não, isso é absurdo.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Isso é antigo. Isso é do RDPM.

O SR. DEPUTADO ROGERIO LISBOA - Isso é absurdo.

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - O Código de Processo Penal é de 1941. O RDPM deve ter sido de 1960.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Major Fábio...

O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - O que nós entendemos disso... Aí eu posso tranquilizar, Deputado Paes de Lira. Esse diagnóstico não existe. Há algumas questões pontuais, e todos os Deputados têm que ter toda a liberdade de colocar o seu ponto de vista nesta CPI, bem como nós podemos... Até porque o debate é que vai nos amadurecer e vai nos... E chegar ao consenso na reta final e buscar uma linha média de raciocínio que possa servir ao País. Mas eu entendo que o policial tanto civil quanto militar neste País, na sua maioria esmagadora, é vocacionado, é um vocacionado. Eu, quando entrei para a polícia, em 1997, eu deixei os meus negócios, deixei uma condição melhor do que a polícia me oferecia. Tive que conciliar de forma muito árdua para poder fazer aquilo que eu gosto de fazer, para poder servir ao meu Estado na área de segurança. Então, a maior parte da polícia neste País é vocacionada.

Agora, o policial vocacionado, o policial sério, honesto, ele quer ter salário, para ter dignidade. Ele quer ter condições de trabalho, treinamento, condições dignas de trabalho, mas ele também não se importa de ter corregedoria independente, corregedorias extremamente atuantes, para poder fazer aquilo que



nós precisamos fazer. E não podemos tapar o sol com a peneira. Esse debate é fundamental. Isso que o Deputado Rogerio Lisboa levantou...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - ... é um debate a ser feito nesta CPI, no meu modesto entendimento. O bom policial, que é a maioria esmagadora, quer ter salário, quer ter treinamento e faz questão de ter órgãos de controle extremamente... Até porque ele se envergonha muitas vezes de ser colocado no mesmo balaio de meia dúzia que tenta estragar o saco inteiro. Então, isso é que nós precisamos criar. É questão de modelo. Hoje, nós não temos modelo. Hoje, nós temos Estados que têm corregedorias que têm alguma independência. Há outros Estados em que a corregedoria é completamente subordinada ao poder político. Como o comandante-geral também não deveria ser, na minha opinião. Como o chefe de polícia nos Estados teria que ser — isso já é opinião — eleito, nem que fosse em lista tríplice, mas teria que ser eleito e ter estabilidade, para não ser completamente subordinado ao poder político.

São discussões que nós podemos ampliar nesta CPI. É questão daquilo que eu disse lá atrás: modelo. No dia em que nós tivermos modelo, nós vamos poder discutir recursos, vamos poder ampliar recursos. Eu só não defendo e não defendi até agora nesta Casa questões isoladas, porque eu acho que isso tudo vai muito, na maioria das vezes, a favor de poucos, em detrimento da coletividade. E nós estamos aqui para representar a maioria do povo brasileiro.

Deputado....

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Sr. Presidente Alexandre Silveira, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - ... Pedro Ribeiro.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - ... deixei para falar no finalzinho, até porque eu precisava absorver uma porção de ideias que estão sendo debatidas aqui. E, quando elegemos aqui a diretoria, a Mesa, eu tomei conhecimento de que V.Exa. até então era o Presidente da Comissão de Segurança Pública e que abdicou dessa posição para assumir esta CPI.

Eu fui Relator de uma CPI de tráfico de órgãos humanos, e, quando nós pedimos o estabelecimento da CPI, nós tínhamos 4, 5, 6 pastas de casos



estabelecidos na Nação acerca do problema de tráfico de órgãos humanos. Quando eu votei naquela primeira vez, eu falei com o Relator, com Paulo Pimenta: temos dados concretos em que nos baseemos, para tratarmos nesta CPI, para a gente ter o norte de ação? Porque a CPI, a gente sabe, normalmente parte de fatos concretos. Temos fatos concretos, a situação da segurança nacional é terrível.

Agora, meu Presidente, quando eu o ouço e vejo que V.Exa. exprime aqui uma utopia, um sonho maravilhoso, trazendo para esta CPI, que é temporária... Por mais que consigamos elastecer o prazo da CPI, eu acho que nós teríamos que ser muito ajudados por Deus, teríamos que trabalhar com um discurso muito uníssono, muito unido, para chegarmos a oferecer um modelo. V.Exa. fala de um modelo de segurança para a Nação. Quiçá possamos fazê-lo.

Agora, quando eu vejo, nesses pequenos momentos que eu escolhi... Eu estou perplexo, porque eu vejo que nós não temos, parece-me, como base para sistematizar o nosso trabalho, ainda dados concretos, apesar da multidão de fatos concretos que temos. Então, eu sugiro que, para que tenhamos possibilidade de, no prazo, mesmo elastecido, desta CPI, oferecermos o modelo de segurança para a Nação, que tratemos imediatamente de uma sistematização. Como, por exemplo, eu acho, como os senhores falaram aqui de várias áreas de interesse, você falou justamente de fatos, no caso de corporativismo — vou usar essa palavra —, nós não vamos fugir nunca de horas e horas de discussões aqui na CPI em defesa dos corporativismos, porque é o brio. Na hora em que alguém fala alguma coisa que é fato concreto, conhecido, estabelecido faz a história da Nação. A história contemporânea é de corrupção nas áreas da sociedade, tanto na Polícia Judiciária como na Polícia Militar, ostensiva, e nos outros Poderes, na política e em todos os lugares, até na Igreja. Então, a gente já pula bem acolá, dizendo: não, a minha não, tenha calma, o modelo não é este.

Então, meu amado, eu quero dizer uma coisa: o nosso desafio é muito mais do que o que eu pensei. Então, eu sugiro que sistematizemos esta Comissão em Subcomissões, para que quem trabalhe com o setor ostensivo trabalhe com o ostensivo, quem trabalhe com o setor judiciário ou outros fatos, como levantamento de problemas de tráfico de órgãos, influências e... Porque é abrangente, é um leque, envolve toda a Nação essa problemática da segurança.



Então, eu quero fazer uma reflexão que V.Exa. guardasse na sua mente, eu sei que já tem, está cômico, consciente do que assumiu, mas que tenhamos muito mais do que essas reuniões aqui em plenário. É preciso que nos assentemos, e eu quero, eu digo, eu desejo, eu preciso ser convocado, porque eu não participei de nenhuma reunião particular, eu sou titular da Comissão, indicado pelo meu partido. Eu nem sabia. Não pedi, meu partido, o PMDB, me indicou, então eu quero participar. Porque eu não sou *expert* em segurança pública, mas eu reconheço, como em toda enquete que é feita: o problema da Nação é segurança pública.

E eu quero ficar destro, eu quero ficar pronto, eu quero ser capaz de proferir ideias e debater projetos e planos e ajudar neste modelo. Mas eu digo: temos que, antes de tudo, sistematizar. Tratarmos com fatos concretos, problemas na Bahia, no Rio, em São Paulo, no Ceará, onde for. Que trabalhem nisso para responder à Nação. E, enquanto isso, descubramos o modelo, porque a gente ter o modelo até o final desta CPI e oferecer aos candidatos é um desafio hercúleo. Eu digo que é utópico, mas todo sonho começa com um sonho, até que se torne realidade. Meus parabéns pela sua visão! E conte comigo.

Eu quero, eu não posso exigir. Eu quis dizer foi isso mesmo. Eu exijo ser convocado para participar dos debates, porque eu quero aprender e quero cooperar nesta Comissão. Como titular, eu não quero ficar à margem, porque eu acho que isso é muito sério. Para envolvermos o nosso nome com uma visão tão ampla que V.Exa. tem de oferecer um modelo de segurança pública, com tantos fatos concretos, que não podem ficar para trás, e com o corporativismo que tem dentro da própria CPI, o desafio hercúleo, precisamos da nossa unidade e da graça de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Deputado Pastor Pedro Ribeiro, V.Exa., pela lucidez com que coloca a sua visão desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nos anima e nos afirma a importância de estarmos realmente voltados à questão principalmente do foco e da sistematização da CPI. Só para poder reafirmar que esta era a nossa preocupação também desde o princípio, no primeiro dia, no dia da instalação da CPI, nomeamos o Deputado Carlos Sampaio membro sistematizador desta Comissão. Infelizmente, nas outras 2 reuniões e mais nesta hoje, não tivemos a participação do Deputado Carlos Sampaio. Vamos conversar novamente com ele. Eu até faço uma humilde sugestão: se V.Exa., pela



lucidez que demonstrou e pela boa vontade e pela disposição de contribuir, pudesse — eu, o senhor e ele — conversar nesse sentido, vai ser muito importante para nós.

Nós nomeamos o Deputado Carlos Sampaio sistematizador da CPI, pela experiência que ele trazia também de outras CPIs, da CPI dos Correios, de que ele participou. Então, estou vendo que V.Exa. tem também uma experiência de uma importante Comissão desta Casa, que foi a CPI do Tráfico de Órgãos. É fundamental esse papel na CPI, exatamente pela amplitude do tema. Pela amplitude do tema, se nós não tivermos...

Termino só dizendo: eu vou acalentar esse... Não sei se vou chamar de utopia de sonho. Vou chamar de sonho, para ficar mais próximo. Vou acalentar esse sonho...

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Vai factível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - ... até porque nós sabemos que estamos construindo aqui o futuro não mais nosso, mas dos nossos filhos e dos nossos netos. Eu, que sou da área e vejo a falência do Estado nessa área, fico extremamente ansioso e até angustiado com a questão da segurança neste País. Então, a participação de V.Exa. é muito bem-vinda.

Retorno a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - Estou à disposição, Sr. Presidente. Pode convocar. Estou pronto para conversar e me envolver como for possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Terminada a CPI e nada mais havendo a tratar, convoco reunião a realizar-se no próximo dia 15, terça-feira.

Agradeço a todos a presença, no dia 15 nós teremos, só para questão de informação, a presença aqui do Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Muito obrigado a todos.